

## A NATUREZA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

### META

Proporcionar aos alunos a leitura de textos clássicos da historiografia, notadamente da brasileira, direcionando o olhar para a percepção de como a temática ambiental está presente nestas obras.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

perceber a presença da temática da Natureza, sua exploração e apropriação ao longo da História, através das obras de autores clássicos da historiografia.

### PRÉ-REQUISITOS

Ter lido os textos sobre História Ambiental, cuja pesquisa fora solicitada na Aula 01.

Ter assimilado o conceito de História Ambiental, seus temas, fontes e linhas de pesquisa.



Sérgio Buarque de Holanda[1] (São Paulo, 11 de julho de 1902 — São Paulo, 24 de abril de 1982) foi um dos mais importantes historiadores brasileiros. Foi também crítico literário e jornalista.

(Fontes: <http://www2.uol.com.br>).

### Historiografia

Arte de escrever história, a descrição dos acontecimentos. Estudo crítico e histórico sobre os historiadores.

### Excertos

Fragmentos, trechos.

## INTRODUÇÃO

Nesta aula, prezado aluno/prezada aluna, teremos como foco principal a abordagem da Natureza na **historiografia** brasileira. Para tanto, veremos a temática num panorama geral e, em seguida, nos deteremos um pouco mais em três obras emblemáticas: Capítulos de História Colonial, de Capistrano de Abreu; Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e, Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior.

Como sabemos, muitas vezes, obras clássicas da historiografia não são encontradas facilmente em qualquer biblioteca, infelizmente. Mas, pensando nisto, selecionei **excertos** destes três livros, de modo a proporcionar um contato o mais próximo possível entre você, estudante, e estas que são leituras fundamentais para a compreensão das imagens da Natureza na historiografia brasileira.



Foto: Arquivo Felha - Imagem

Caio da Silva Prado Júnior (São Paulo, 11 de fevereiro de 1907 — São Paulo, 23 de novembro de 1990) foi um historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

(Fontes: <http://www.scielo.br>)

## HISTORIOGRAFIA E NATUREZA

Já falamos bastante, em aulas anteriores, sobre o campo de conhecimento chamado História Ambiental e do quanto os historiadores precisam se voltar para esta temática considerada atualmente das mais relevantes.

No entanto, o tema da Natureza não é privilégio apenas dos historiadores contemporâneos, pois está presente nas obras de diversos autores clássicos no Brasil e em outros países. Neste último caso, podemos destacar duas obras relevantes.

A primeira delas é a já comentada anteriormente *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, de Keith Thomas. Nesta obra, o autor destaca que as mudanças de atitude do homem em relação à natureza ocorridas entre 1500 e 1800, na Europa, foram resultado de uma releitura dos fundamentos teológicos, pois, a base da relação Homem-Natureza se dava a partir da idéia de que animais e plantas foram criados para servir ao homem. No entanto, em meados de 1800, o nível de poluição em Londres tornou-se insuportável, o que levou a uma revalorização da Natureza, enquanto ambiente de pureza e lazer.



Sir Keith Thomas Vivian (nascido em 02 de janeiro de 1933, na Inglaterra), autor de “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais”.  
(Fonte: <http://www.therp.co.uk>).

Outro exemplo é a volumosa obra *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*, de Marc Bloch. Trata-se, na verdade, de uma coletânea de artigos, resenhas e de um curso ministrado pelo autor, lançados após sua morte e organizados pelo seu filho Étienne Bloch. Neste livro, o foco é a Europa de uma forma geral e a França em particular, verificando como as inovações tecnológicas permitiram aos homens dar conta de sua sobrevivência, construir e fortalecer os laços sociais, abordando temas como: a revolução agrícola, os estudos regionais, regiões naturais

### Capistrano de Abreu

Renovou os métodos de investigação e interpretação historiográfica no Brasil. Afirmou-se adepto do determinismo sociológico, pretendendo com seus estudos descobrir “as leis fatais que regem a sociedade brasileira”. Sua análise da civilização brasileira parte do estudo do ambiente, dos fatores geográficos, raciais, econômicos e psicológicos. Resalta a influência das massas e do homem comum na evolução histórica e diminui a importância atribuída aos chefes ou heróis.

### Aclimação

Maneira pela qual um animal ou planta se adapta a mudanças no seu meio ambiente. A palavra refere-se geralmente à capacidade dos seres vivos de se adaptarem a mudanças no clima. A aclimação é um dos muitos aspectos de um processo mais geral pelo qual passam os seres vivos. Esse processo é chamado de adaptação.

e grupos sociais. Podemos destacar o terceiro capítulo, denominado “As aldeias”, que é uma verdadeira aula sobre “História Local” e de análise do meio ambiente, uma vez que o professor Bloch procura expor como analisar uma região, levando em consideração a necessidade da interdisciplinaridade. Veja o seguinte trecho: “A vegetação”. Problema de geógrafo, eu sei, na medida em que aquela exprime simplesmente o estado atual do terreno. Mas vestígio também da história. (BLOCH, 2001, p. 206)



Marc Bloch (1886-1944), autor de “A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII”.  
(Fonte: <http://api.ning.com>).

## CAPISTRANO DE ABREU: “CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL”

Já na historiografia brasileira, alguns autores merecem destaque. O primeiro deles é **Capistrano de Abreu**, que publicou a obra “Capítulos de História Colonial”, em 1907. Nela, o autor analisa os aspectos físicos do território brasileiro, na busca de demonstrar como as sociedades e culturas indígenas se instituíram, e quais as condições encontradas e transformadas pelos colonizadores. Descreve, ainda, as formas de trato da terra, das práticas de agricultura, **aclimação** de plantas, introdução de animais pelos europeus, etc.

A análise de Capistrano de Abreu revela-se atenta às paisagens, aos rios, à terra, às plantas e animais com os quais os homens lidavam na construção da sociedade brasileira e na ocupação do território que viria a ser o Brasil (DUARTE, 2005, p. 89).



É o que podemos perceber ao lermos o excerto a seguir:

### ANTECEDENTES INDÍGENAS

(...) O S. Francisco, de grande importância histórica, é formado pelo rio que com este nome desce da serra da Canastra, e pelo rio das Velhas. No trecho superior, os afluentes mais consideráveis correm entre estas duas cabeceiras até sua confluência; transposto já o salto de Pirapora, a divisora das águas com o Tocantins afasta-se e deixa que se desenvolvam o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha, o Corrente, o Grande, ao passo que a serra do Espinhaço se aproxima. Desde a barra do rio Grande para o mar, nem de uma, nem de outra margem concorre afluente algum considerável; os embaraços encontrados pela navegação acumulam-se, e tolheram as comunicações até ser transposto por uma via-férrea o trecho encachoeirado.

O S. Francisco é, por assim dizer, a imagem de quase todos os rios do Brasil: no planalto, apenas o volume de água o permite uma extensão de centenas de léguas, às vezes, perenemente navegável por embarcações de maior ou menor capacidade; em seguida, a descida do planalto com saltos e corredeiras, como os do Madeira, o Augusto no Tapajós, o Itaboca no Tocantins, o Paulo Afonso no S. Francisco, e tantos outros; finalmente, as águas se acalmam e aprofundam, e os embaraços de todo desaparecem quando lhes sobra força suficiente para impedir a formação de baixios na barra.

Deste tipo se apartam o Amazonas, cuja região tormentosa é vencida logo nas cabeceiras, muito antes de entrar no Brasil, e seus afluentes situados a Oeste do Madeira e do Negro, no chamado Solimões, nascidos todos em regiões pouco elevadas e logo difundidos por grandes baixadas, quase niveladas. Em menores dimensões reproduz-se o fato com o rio Paraguai e alguns de seus afluentes. O Parnaíba e os rios do Maranhão, descendo suavemente por um declive graduado ao longo do seu curso, apresentam uma forma de transição entre o tipo dos rios das baixadas e dos chapadões.

As montanhas preparam e os rios esculpem no planalto brasileiro quatro divisões bem distintas: o chapadão amazônico desde o Guaporé ao Tocantins; o do Parnaíba, inserido entre o primeiro e o do S. Francisco, mais vasto, que alcança sua maior expansão à margem esquerda desta bacia; finalmente o do Paraná-Uruguaí, entre a serra do Mar e as montanhas de Guaiás. As relações existentes entre estes chapadões atuaram sobre o povoamento do território.

O planalto das Guianas apresenta outro chapadão elevado, com alguns picos graníticos, poucos de mais de mil metros. A Oeste alguns afluentes amazônicos nascidos fora do Brasil, o Içá, Japurá, Negro, em seu trecho inferior correm por algum espaço paralelamente ao rio principal. Pouco extensas, pouco navegáveis correntes de meia-água desembocam a Este do Negro, descendo da borda meridional do chapadão das Guianas. O rio



das Amazonas vaza uma bacia de sete milhões de quilômetros quadrados, a maior do globo, tamanha, quase, como o Brasil inteiro. Sangram para ela grandes partes dos planaltos brasileiro, guianês e andino; como a quadra das chuvas não cai em todos eles ao mesmo tempo, sucede que quando começam a baixar os afluentes de um enchem os do outro lado, e a vazante nunca se dá completa. Às vezes tanto se avoluma o rio-mar que represa os tributários e por seus furos manda-lhes água a muitos quilômetros da foz. Os lagos marginais, as ilhas numerosas, os furos, os paranamirins permitiram navegar desde o oceano até os confins do país sem nunca penetrar na madre. Suas inundações alcançam quase vinte metros acima do nível ordinário; por cima das florestas podem então passar embarcações, das quais algumas semanas antes mal se avistava o topo do arvoredos. O Amazonas corre de Oeste para Leste, acompanhando a equinocial, e seu clima pode dizer-se proximamente o mesmo em toda esta extensão: genuinamente tropical, pouco variável, sem diferenças sensíveis de temperatura, de atmosfera úmida, abundantemente chuvosa, máxime junto do mar e perto dos Andes. A maior ou menor frequência relativa de chuvas se designa pelos nomes de verão e inverno; de inverno só pode dar idéia aproximada, pelo lado da temperatura, o ligeiro refrigério sentido à noite.

Ao Sul do Amazonas, entre os rios Parnaíba e São Francisco, estende-se uma zona periodicamente flagelada por secas. Quando as estações correm regularmente há leves chuviões, chamados de caju, à passagem do sol para o Sul; chuvas maiores caem antes ou depois do equinócio de março; São João é já fins d'água. No caso contrário secam os rios, exceto em alguns poços e depressões, murcham os pastos, permanecem nuas as árvores, sucumbe o gado à sede ou à inanição, e a gente morre à fome quando só dispõe dos recursos locais. A necessidade de lutar contra a calamidade inspirou a construção de açudes, a cultura das vazantes, a retirada do gado, a distribuição de ramas para alimentá-lo, as grandes levadas de retirantes. À beira-mar entre o Oiapoque e o Parnaíba, e do S. Francisco para o Sul domina igualmente o clima tropical até Santa Catarina: em alguns trechos quase todos os meses do ano chove, em outros intervêm estiadas maiores, em geral subordinadas à marcha solar.

A distância do equador avulta as diferenças termométricas, aliás contidas em extremos pouco apartados. Com o solstício de junho, pouco antes ou pouco depois, coincidem o maior abaixamento termométrico e a diminuição nos precipitados atmosféricos. No Rio Grande do Sul as estações fria e quente já aparecem melhor delimitadas, as variações de temperatura tornam-se mais notáveis, e a estação das águas tende a emparelhar-se com a do frio. Isto se refere ao litoral. No interior do país, reina também o clima tropical, modificado mais ou menos por fatores locais e revestindo certa feição continental. Geralmente chove no sertão menos que à beira-mar; as estações seca e úmida andam mais nitidamente discriminadas; o ar do

planalto, facilmente aquecível durante o dia em consequência de sua pouca densidade, rapidamente esfria à noite pelo mesmo motivo, produzindo às vezes variações bruscas no decurso de vinte e quatro horas. Também aqui as chuvas compassam-se pelo sol: em vários pontos há uma estação úmida menor e anterior, outra maior e posterior ao solstício de dezembro.

Na depressão amazônica associam-se o calor e a umidade, a vegetação atinge o máximo desenvolvimento, alardeia-se grande mata terreal. A luta pelo ar e pela luz arremessa as plantas para cima, repelem-se nas alturas as copas do arvoredos, árvores possantes viram trepadeiras, cruzam-se lianas em todos os sentidos. Plantas sociais como a imbaúba e a mon-guba constituem exceção; em regra numa superfície dada cresce o maior número possível de espécies diferentes. Pouco influi sobre a fisionomia do conjunto a distância do oceano; muito mais atua o apartamento do rio: no caa-igapó, sujeito à inundação ânua, avultam palmeiras, muitas delas espinhosas, reduz-se o porte das árvores; no caa-eté, sobranceiro a ela, culminam gigantes vegetais triunfam dicotiledôneas e epífitos; mais adiante começam os xerófitos. A região flagelada pela seca possui também matas, porém solteiras, nas serras capazes de condensarem vapores atmosféricos, nas margens dos rios, em lugares favorecidos pela umidade do subsolo. De dimensões restritas, sustentam a outros respeitos o confronto com as das regiões mais felizes; não representam, entretanto, fielmente a feição dominante. Desde a Bahia começa a mata virgem contínua, e com os mesmos caracteres orla a borda oriental da serra do Mar: troncos eretos, ramificação muita acima do solo, folhagem sempre verdejante, variedade de espécies dentro de pequenas áreas, abundância de epífitos. Os acidentes topográficos introduzem aqui na paisagem uma variedade golpeante, desconhecida na monotonia intérmina da Amazônia.

Além da serra do Mar abrem-se os campos, vastas extensões ocupadas por gramíneas e ervas mais ou menos rasteiras. Onde a altitude o permite surgem araucárias; em certos pontos adensam-se capões, cujo nome indígena está indicando a forma circular. Os campos do Sul explicam alguns pela baixa temperatura durante o período germinativo. Ao Norte existem igualmente campos, cuja explicação parece outra: o solo, muito quente e pouco úmido, requeimando as sementes das árvores, rouba-lhes a vitalidade. Catinga, carrasco, cerrado, agreste designam todas várias formas de vegetação xerófila, caracterizada pelas raízes às vezes muito profundas, munidas muitas de bulbo que prende a água, pelo tronco áspero, gretado, exíguo, esgalhado, como se procurasse para os lados o desenvolvimento que lhe foge na vertical, pelas folhas mais ou menos miúdas, que caem numa parte do ano para melhor resistir à seca, limitando a evaporação. Na região das secas esta forma de vegetação chega quase à beiramar; em quase todos os estados existe, mais ou menos, testemunho e efeito do clima continental. O povo brasileiro, começando pelo Oriente a ocupação do território, concentrou-se principalmente na zona da mata, que lhe fornecia

### Sérgio Buarque de Holanda

Juntamente com Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, nascido em São Paulo em 11 de julho de 1902, foi um dos “explicadores do Brasil”, isto é, alguém que, por meio de uma respeitável obra, procurou tornar o país mais inteligível aos próprios brasileiros. Seu interesse oscilou entre a literatura e a história, sempre abordadas pelo viés da sociologia, especialmente a da escola alemã, mais precisamente a de Max Weber. Hoje, Sérgio Buarque de Holanda, falecido em 1982, é considerado um dos mais eminentes intelectuais brasileiros do século XX.

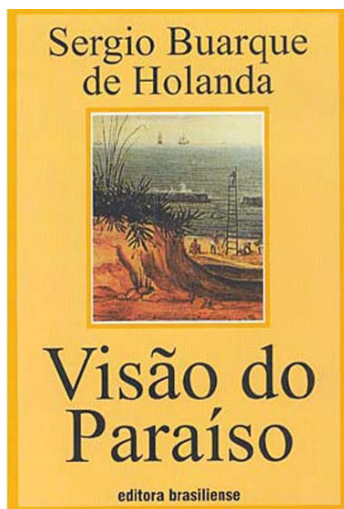
pau-brasil, madeira de construção, terrenos próprios para cana, para fumo, e, afinal, para café. A mata amazônica forneceu também o cravo, o cacau, a salsaparrilha, a castanha e, mais importante que todos os outros produtos florestais, a borracha. Os campos do Sul produzem mate. Nos do Norte, em geral, e nas zonas de vegetação xerófila, plantam-se cereais ou algodão e pasta o gado. A obra do homem chama-se capoeira: terreno privado da vegetação primitiva, ocupado depois por vegetais adventícios cuja fisionomia ainda não assumiu feição bem caracterizada. Os capoeirões podem dar a ilusão de verdadeiras matas. A fauna do Brasil é muita rica em insetos, répteis, aves, peixes, e pequenos quadrúpedes. São formas características as emas, os papagaios, os beija-flores, os desdentados, os marsúpios, os macacos platirrínios. Na baixada litorânea, muitas formas de moluscos, peixes e aves há comuns ao Atlântico do Sul; o colorido de alguns por tal modo se assemelha à areia que custa descobri-los em repouso. A fauna da mata apresenta, ao contrário, o colorido mais vistoso, principalmente nas borboletas, que às vezes atingem tamanho enorme, e nas aves. A maior parte das espécies adaptou-se à vida arbórea, e algumas, como a arcaica preguiça, vão desaparecendo com as derrubadas.

Fonte: ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2010.

### SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: VISÃO DO PARAÍSO

Nesta obra de **Sérgio Buarque de Holanda**, o objeto central são os mitos que acompanharam as narrativas dos descobridores e da colonização da América. E é com maestria que o autor, na análise destes mitos, desenvolve sua obra demonstrando como o colonizador relacionava-se com a Natureza: como se ela fosse inesgotável. O autor faz, inclusive, alusão aos períodos posteriores, indicando que tal nível de exploração perdeu na História.

O excerto a seguir foi retirado do capítulo VIII, cujo título dá nome ao livro que retrata os sentidos da Natureza através de uma interpretação metafórica, permeada pelo mito do Paraíso Terrestre, aludido no subtítulo da obra: “Motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil”. Neste contexto, o termo “edênico” faz referência ao Jardim do Éden, paraíso perdido do Gênesis bíblico.



Capa do livro *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda

(Fonte: <http://i.s8.com.br>).



## VISÃO DO PARAÍSO

Ora, sucede que o Paraíso terrestre é, pela sua própria essência, inatingível aos homens, ou na melhor hipótese, só pode, talvez, ser alcançado à custa de ingentes e sobre-humanos esforços. De fato, só com o declinar do mundo medieval é que a idéia da corrupção e degenerescência da Natureza poderá afetar mais vivamente aqueles para quem a salvação eterna se torna, cada vez mais, um ideal longínquo e póstumo. Ao mesmo tempo irá esbater-se pouco a pouco, embora teoricamente ainda válida, a crença de que o Céu, um Céu sempre mais distante, cuida de interferir a todo momento nos negócios profanos. Já agora, porém, o mundo não há de ser um vale de lágrimas, apenas dulcificado pela certeza da redenção ultraterrena. Não é num futuro póstumo, ou fora do mundo, mas na própria vida de todos os dias que a condição humana há de encontrar sua razão de ser. O Humanismo, que impregnará largamente o pensamento e a atividade renascentistas, acha-se alicerçado, e desde o início, numa confiança ilimitada no homem e nas suas possibilidades criadoras quase infrenes. Em seu tratado sobre a dignidade humana, Giovanni Pico della Mirandola parte do pressuposto de que o homem, esse “grande milagre”, segundo o dito de Hermes Trismegisto, que domina o discurso, é o mais feliz, sem comparação, dos entes animados, merecedor, por isso, de todas as admirações. E ainda de que sua condição na ordem universal é invejável, não só para brutos, mas até para os astros e os espíritos do além-mundo.

Mas, para que aquelas possibilidades e capacidades sejam verdadeiramente eficazes, fazendo-se por sua vez realidades, é mister supor um mundo e uma natureza dóceis às ambições dos homens e solidários com elas. Natureza essa ativa e infinitamente criadora, concebida à imagem do homem novo, bem diferente da outra, inerte ou mortamente ferida por uma calamidade de proporções cósmicas. De sorte que esse exasperado otimismo, fundado na doutrina da excelência e dignidade da condição humana, também há de admitir, necessariamente, a excelência, a dignidade, a virilidade da própria natureza. (...)

É nesses momentos situados na infância, tanto quanto na agonia, de uma era de otimismo, que iremos deparar com expressões indecisas entre a do abatimento da criatura e a de sua exaltação. O velho sentimento de miséria do homem e de decrepitude da natureza pode agora aliar-se ao de um mundo quase independente das potências celestiais ou ao de um Céu quase indiferente às contingências terrenas. E é quando a confiança em uma salvação ultramundana se amplia ou, de certo modo, se deixa substituir pela esperança de uma salvação neste mundo: não o mundo conhecido e desde há milênios habitado, por isso mesmo gasto e estéril, mas talvez alguma das suas partes ainda ignota e – quem sabe? – poupada à maldição divina, assim como o Paraíso Terrestre teria sido poupado pelas águas do dilúvio universal. (...)

A constante reiteração da idéia de uma Natureza em declínio ou francamente corrupta pelo contágio do Pecado Original pode sugerir, mesmo em obras de pura imaginação, que esse pensamento seria largamente partilhado, e tanto pelos autores como pelos leitores de tais obras. Os comentários esotéricos ao Gênese, cuja cronologia permitira esperar-se o próximo ou iminente fim do mundo, segundo notou um historiador, referindo-se de modo expresso à Inglaterra e a épocas mais tardias – mas suas observações, neste particular, também se aplicam, e talvez com maior nitidez, ao que ocorre na Itália, com o amanhecer dos tempos modernos -, tendiam a dar uma base aritmética à teoria da decadência do homem e da natureza. (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 230 – 232.)

### Caio Prado Júnior

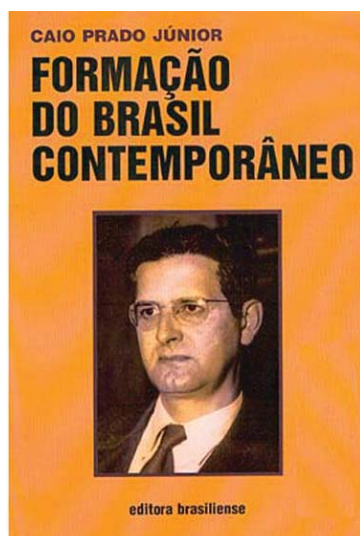
Político e historiador brasileiro nascido em São Paulo, um dos maiores intelectuais brasileiros e que desenvolveu obras essenciais para a compreensão do processo de formação histórica do Brasil, além de se destacar como ativista político. Outras obras importantes foram: *A evolução política do Brasil* (1933), *História econômica do Brasil* (1945), *Estruturalismo e marxismo* (1971) e *História e desenvolvimento* (1972). Faleceu na mesma cidade onde nasceu, em 23 de novembro (1990), aos 83 anos.

### CAIO PRADO JUNIOR: “FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO”

Outro exemplo é **Caio Prado Júnior**, cujas obras não dissociam sociedade e natureza. Publicou “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, em 1942, obra em que destacou o aspecto comercial devastador da atividade monocultora, a partir da exploração desordenada dos recursos naturais. Deteve-se, ainda, nas formas de devastação daquele período: queimadas e extração desordenada de madeiras para diversos fins.

Nesta obra, Prado Júnior mostra como as transformações pelas quais passava o Brasil eram superficiais, uma vez que, segundo ele, o país ainda mantinha, em diversos aspectos, especialmente quanto à sociedade e economia, características de colônia. Nesta obra, o autor tem ainda o mérito de ter conseguido o que tanto se almeja desde a *História Nova* dos Annales: analisar aspectos históricos numa perspectiva interdisciplinar. Especialmente

em “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, é apresentado um panorama bastante amplo do Brasil Colonial, através das perspectivas geográficas, econômicas e sociológicas. Esta é considerada a obra mais completa e informativa acerca do Período Colonial Brasileiro. Vejamos, no excerto que se segue, o detalhamento a que o autor chega ao descrever e analisar a forma como alguns recursos naturais foram explorados na então colônia de Portugal.



Capa do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. (Fonte: <http://i.s8.com.br>).

## PRODUÇÕES EXTRATIVAS

Encontraram os colonos na floresta amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar a madeira e produtos abundantes do reino animal: destes últimos, são em particular a tartaruga, bem como os seus ovos, e o manacuru (peixe-boi) que servirão em escala comercial. Sem estas fontes de riqueza, teria sido impossível ocupar o grande vale.

(...) O aproveitamento do índio tornou-se aí possível, o que, vimo-lo anteriormente, só foi o caso em pequena escala noutros lugares. No vale amazônico, as formas de atividade se reduzem praticamente a duas: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe; e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambas estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca, já são seus recursos no estado da Natureza. (...)

A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo mesmo em nossos dias ainda não se completou, seria lá muito retardada. A Amazônia ficou, neste sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas do território brasileiro.

Quero lembrar aqui algumas outras produções extrativas que representam um certo papel na economia colonial de princípios do século passado, mas que pela sua particularidade e vulto reduzido, não poderiam ser agora objeto do desenvolvimento. São elas as da madeira, da pesca da baleia, do sal e do salitre, e finalmente da erva-mate.

As primeiras – as madeiras de construção, bem entendido, porque as de tinturaria, o simbólico mas extinto pau-brasil, já não pesavam seriamente nas atividades da colônia, - passam em fins do séc. XVIII para um importante plano das cogitações oficiais. Desleixadas até então, apesar das cláusulas restritivas das sesmarias, que em muitos casos proibiam a derrubada e queimadas das madeiras de lei, elas avultam por esta época nas providências administrativas da metrópole; sobretudo porque se tratava de reconstruir a decadente e semi-extinta marinha portuguesa. (...)

As matas mais importantes e ricas, além das do Amazonas – muito mais ilusórias, comercialmente falando, que reais, e que não contribuíram nunca em quantidade apreciável -, eram as que sobravam do primitivo e denso arvoredo do litoral nordestino. São as da Paraíba e de Alagoas. Outras eram as da comarca de Ilhéus, na Bahia, pouco tocadas ainda como vimos, pela colonização, e cujo histórico foi feito por Accioli na sua Dissertação histórica, etnográfica e política. Sempre houve nestas matas alguma extração de madeiras, e fazia-se delas um pequeno comércio, inclusive explorações por conta do governo, os “cortes reais”, como se chamavam. Depois de várias ordens, determinações e disposições legais sobre o assunto – como, além das cláusulas já referidas que se incluíam nas “cartas de sesmaria”,

Regimentos de 12 de setembro de 1652, §12, e de 13 de outubro de 1751, § 29, que proibiam os referidos cortes e queimadas -, veio a Carta-Régia de 13 de março de 1797, que pretendeu regular o assunto de uma forma geral e definitiva. Reservaram à coroa todas as matas e arvoredos a borda da costa e dos rios que desembocassem diretamente no mar, e por onde, em jangadas, se pudessem conduzir os paus até a praia. Proibiu-se a concessão de sesmarias nestas áreas, e as existentes deveriam ser desapropriadas. Estas medidas tentaram-se por em prática, mas não surtiram efeito. Criou-se então a Conservadoria das matas, que deveria controlar todo o serviço de cortes reais e impedir as devastações. Em Ilhéus, ocupou o cargo de juiz conservador durante muito tempo o conhecido naturalista Baltasar da Silva Lisboa, o cronista dos Anais do Rio de Janeiro, e ouvidor da comarca. Mas nem assim ainda tomou vulto o aproveitamento e comércio das madeiras no Brasil. A par desta atividade extrativa, convém lembrar aqui a indústria de construção naval, a ela intimamente ligada, e que se praticou alguns portos da colônia; em particular na Bahia, onde havia estaleiro real. Mas nunca tiveram grande importância estas construções, e não passaram quase das pequenas embarcações para navegação costeira.

A pesca da baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Existiram armações para a pesca na Bahia, (a da Barra, entre o mar e a capela de São Bento, e Itaparica), que são as mais antigas, instaladas na primeira metade do séc. XVIII. Seguem-se para o sul as armações de São Domingos, na Praia Grande, hoje Niterói, que data de 1782; a de Bertioga, em Santos, que já existia em 1789; e as seis de Santa Catarina; Piedade, na entrada setentrional da ilha (1746); Lagoinha, costa oriental da ilha (1772); Itapocoróia (1777 ou 8); Garopaba (1795); Embituba (1796); finalmente a da ilha da Graça, na entrada do canal de São Francisco, estabelecida a concessionários privilegiados. A atividade foi grande: no contrato dos doze anos de 1765-77, a renda dos contratadores foi de 4 milhões de cruzados; numa só armação apanharam-se 523 baleias. Mas a pesca decaiu depois que, em fins do século, os baleeiros ingleses e norte-americanos começaram a operar nas ilhas Falkland, impedindo que as baleias nas suas migrações hibernais chegassem, como era seu costume, até as costas do Brasil. Reduziram eles aliás consideravelmente a espécie pela devastação praticada em larga escala e com processos aperfeiçoados. Em 1801, não encontrando mais pretendentes ao contrato, a coroa abandona o estanco, tornando livre a pesca. Esta ainda se mantém, embora sempre em declínio acentuado, até desaparecer lá pelo terceiro decênio de século passado.

Sobre o sal, referi alguma coisa relativamente à exploração das salinas do médio São Francisco. Sal de rocha também se extraía no rio Jauru, em Mato Grosso, explorado desde o início da capitania, e que ainda se mantinha em 1797, segundo informa Almeida Serra, Descrição geográfica de Mato Grosso, 164. A produção de sal marinho era mais importante, e se fazia em

vários pontos da costa: Tapuitapera, no Maranhão; Moçó, Cocó e Mandaú, no Ceará; Açú e Mossoró, no Rio Grande do Norte, as maiores salinas da colônia, e ainda hoje do país; Itamaracá e Pau Amarelo, em Pernambuco; Cotinguiba, em Sergipe; Lagoa de Araruama (Cabo Frio), no Rio de Janeiro. Como se sabe, o comércio do sal constituía monopólio da coroa; foi um dos mais onerosos e pesados que a colônia teve de suportar, pois afeta um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o consideravelmente. (...)

O salitre também foi explorado na colônia. Empresas oficiais que datam de 1775 foram tentadas, sem resultado apreciável, nas serras de Montes Altos e do Rio Verde da Bahia. (...) A produção, sobretudo deste último setor, chegou a te certo vulto, e fornecia as manufaturas reais de pólvora de Vila Rica e do Rio de Janeiro. Exportava-se também; o que foi depois proibido (Decreto de 23 de nov. de 1810), com grande dano da indústria, que, aliás, já se achava decadente pelo esgotamento das jazidas.

A erva-mate é encontrada, em estado nativo, nas matas da bacia do Paraná, bem como em geral nos Campos Gerais do sul da colônia. Ela foi primeiro explorada, entre nós, nos Campos de Curitiba, particularmente nas matas do seu limite oriental, onde entestam com a Serra do Mar. Aí estabeleceram os Jesuítas, no séc. XVII, sua fazenda da Borda do Campo, onde exploraram o gênero. Possivelmente foram os primeiros a fazê-lo comercialmente. Mas o certo é que a extração da erva-mate ganhou vulto, e constituía uma das principais ocupações no distrito de Curitiba. (PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 211-219.)

## CONCLUSÃO

Como já demonstramos anteriormente, boa parte do que temos, hoje, como obras de História Ambiental já existiam na historiografia. Em alguns autores, percebemos claramente a preocupação em enfatizar a temática da Natureza, sua exploração e características, a exemplo de Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda. Já em outros, como Caio Prado Júnior, este objetivo não está explícito, no entanto, sua contribuição para os estudos dessa área são indiscutíveis.

Temos, ainda, vários outros exemplos de historiadores e estudiosos de outras áreas, os quais abordaram em seus trabalhos a Natureza de forma ímpar, tanto brasileiros, quanto estrangeiros.

Caro aluno/cara aluna, é importante perceber que estes são alguns dos maiores historiadores brasileiros, portanto, suas obras certamente influenciaram na formação das idéias acerca da Natureza brasileira presentes nos que os sucederam.

Embora muitos autores não se auto-afirmem historiadores ambientais, suas análises muito têm a enriquecer este campo ainda tão recente na historiografia brasileira.





### RESUMO

imos, nesta aula, que a Natureza está bastante presente nas obras de autores clássicos da historiografia, o que nos leva a perceber que boa parte dos temas, fontes e linhas de pesquisa da História Ambiental já existiam, antes mesmo do alvorecer deste campo da história. Bastava apenas ao historiador contemporâneo, com afirmava Donald Worster, calçar sapatos novos e mudar as lentes, para poder perceber a relevância e atualidade desta temática que é o Meio Ambiente na História, ou seja, o lugar da Natureza na vida humana.



### ATIVIDADES

A partir das leituras propostas, desenvolva as seguintes questões:

1. Aponte o que achou mais relevante em cada um dos três textos propostos nesta aula.
2. Num único parágrafo, escreva qual foi, em sua opinião, a contribuição destes historiadores para a História Ambiental do Brasil.



### PRÓXIMA AULA

História e paisagens

### REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2010.
- BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru, SO: EDUSC, 2001.
- DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.